

EDITAL DE PRAÇA JUDICIAL

Edital de 1ª e 2ª Praças de bens imóveis e para intimação da executada **LUIZA COSTA COLAMARINO** (CPF: 237.356.838-19), na pessoa de sua curadora ANA LUIZA COSTA COLAMARINO (CPF: 266.670.868-33), credores **MUNICÍPIO DE SÃO PAULO** (CNPJ: 46.395.000/0001-39), bem como de seu(s) cônjuge(s), se casados forem e demais interessados, expedido na AÇÃO DE EXECUÇÃO (COBRANÇA DE CONDOMÍNIO), **Processo nº 1056766-86.2019.8.26.0100**, em trâmite na **43ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL/SP**, requerida por **CONDOMÍNIO EDIFÍCIOS "MEDITERRANÉE I E II"** (CNPJ: 55.067.557/0001-31).

O(A) Dr(a). Miguel Ferrari Junior, MM. Juiz(a) de Direito, na forma da lei, etc., nos termos do Art. 881, § 1º do CPC, **FAZ SABER** que levará a praça os bens abaixo descritos, por meio de leilão eletrônico conduzido pela leiloeira oficial Dora Plat, matriculada na JUCESP sob nº 744 na plataforma eletrônica (www.portalzuk.com.br), nas condições seguintes:

1 - DESCRIÇÃO DOS IMÓVEIS:

LOTE 001 -UNIDADE AUTONOMA: - APARTAMENTO Nº 21, localizado no 2º andar do EDIFÍCIO MEDITERRANÉE I, integrante do Condomínio Edifícios Mediterranée I e II, à Rua Peixoto Gomide nº 1442, esquina da Rua José Maria Lisboa, nesta Capital no 34º Subdistrito (Cerqueira Cesar), com a área útil do 130,920m², a área comum de 22,0900m² e, portanto, uma área total construída de 153,0100m², correspondendo-lhe uma fração ideal de 1,490% no terreno. O CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MEDITERRANÉE I e II acha-se construído em terreno descrito na instituição de condomínio registrada sob nº 1585 no L.8-F deste Cartório. **Contribuinte nº 014.015.0111-7. Matrícula nº 49.512 do 13º CRI de São Paulo/SP. ÔNUS:** Constan da referida matrícula nº 49512, conforme **AV.9(15/03/2023)**, Penhora exequenda.

OBS: Constan Débitos de IPTU no valor de R\$ 3.265,89 até 18/06/2024 e dívida ativa no valor de R\$ 74.072,69, totalizando R\$ 77.338,58 até 18/06/2024.

AVALIAÇÃO DO BEM: R\$ 1.468.707,75 (junho/2024).

VISITAÇÃO: Não há visitação.

LOTE 002 - VAGA indiscriminada e indeterminada na unidade autônoma garagem coletiva localizada nos 1º e 2º subsolos do CONDOMÍNIO EDIFÍCIOS MEDITERRANÉE I e II, à Rua Peixoto Gomide nº 1442 esquina da Rua José Maria Lisboa, nesta Capital no 34º Subdistrito (Cerqueira Cesar), para guarda e estacionamento de um automóvel de passeio, com uma área de 24,7524m², à qual corresponde uma fração ideal de 0,241% no terreno e demais coisas comuns do edifício. A unidade autônoma garagem tem em sua integridade a área de 1.831,68m², correspondendo-lhe no terreno a fração ideal de 17,834%, com capacidade para guarda de 74 carros de passeio, em vagas indeterminadas, sendo 38 vagas no 1º Subsolo e 36 no 2º subsolo. O CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MEDITERRANÉE I e II acha-se construído em terreno descrito na instituição de condomínio registrada sob nº 1585 no L.8-F deste Cartório. **Contribuinte nº 014.015.03853. Matrícula nº 49.513 do 13º CRI de São Paulo/SP. ÔNUS:** Constan da referida matrícula nº 49513, conforme **AV.9 (15/03/2023)**, Penhora exequenda.

OBS 1: Constan Débitos de IPTU no valor de R\$ 401,89 até 18/06/2024 e dívida ativa no valor de R\$ 4.929,80, totalizando R\$ 5.331,69 até 18/06/2024.

OBS 2: Em conformidade com a Lei nº 4.591/64 que disciplina a constituição de condomínios em edificações e incorporações imobiliárias, veda a transferência da vaga de garagem a pessoas estranhas ao condomínio, consoante preconiza o art. 2º, §1º e 2º, podendo a vaga de garagem ser arrematada tão somente por proprietários de unidades do Condomínio Edifícios Mediterranée I e II, situado na Rua Peixoto Gomide, nº 1442, Jardim Paulista, São Paulo/SP, CEP 01409-002, marcada assim a preservação da segurança do condomínio.

AVALIAÇÃO DO BEM: R\$ 86.907,01 (junho/2024).

VISITAÇÃO: Não há visitação.

2 - AVALIAÇÃO TOTAL DOS IMÓVEIS - R\$ 1.555.614,76 (junho/2024 - Conforme Cálculo de Atualização Monetária dos Débitos Judiciais do TJSP), que será(ão) atualizada a época da alienação.

3 - DÉBITO EXEQUENDO - R\$ 231.748,20 (junho/2024).

4 - DATAS DAS PRAÇAS - 1ª Praça começa em 02/08/2024 às 15h00min, e termina em 07/08/2024 às 15h00min; 2ª Praça começa em 07/08/2024 às 15h01min, e termina em 27/08/2024 às 15h00min.

5 - CONDIÇÕES DE VENDA - Será considerado arrematante aquele que der lance igual ou superior ao valor de avaliação (1ª Praça) ou aquele que der lance de valor igual ou superior a 80% do valor da avaliação (2ª Praça). Caso nas praças não haja lance para pagamento à vista, serão admitidas propostas escritas de arrematação de forma parcelada, (obrigatoriamente encaminhadas via sistema do site, nos termos do Art. 22, parágrafo único da Resolução nº 236 do CNJ), necessário sinal não inferior a 25% do valor da proposta, e o restante em até 30 meses, mediante correção mensal pelo índice do E. TJ/SP, prevalecendo a de maior valor, que estarão sujeitas a apreciação pelo MM. Juízo da causa (Art. 891, parágrafo único, Art. 895, §§ 1º, 2º, 7º e 8º do CPC, e prazos conforme AI 2132770-30.2017.8.26.0000 do TJ/SP).

6 - PAGAMENTO - O preço do(s) bem(ens) arrematado(s) deverá(ão) ser depositado(s) através de guia de depósito judicial do Banco do Brasil gerada no <https://portaldecustas.tjsp.jus.br/portaltjsp/login.jsp>, respectivamente, no prazo de até 24 horas da realização da praça. Em até 5 horas após o encerramento da praça, cada arrematante receberá e-mail com instruções para depósito (Art. 884, IV do CPC).

Não sendo realizado o depósito da oferta no prazo estipulado e/ou o pagamento de sua comissão, o leiloeiro comunicará o fato ao MM. Juiz responsável, informando os lances imediatamente anteriores, para que sejam submetidos à apreciação judicial, sem prejuízo da aplicação de sanção prevista no art. 897 do novo CPC, ao arrematante remisso. Além disso, arcará o arrematante remisso, com todos os ônus e implicações, decorrentes de sua omissão, inclusive, para a obtenção de novos documentos e ressarcimento das despesas, para a realização da praça.

O inadimplemento, autoriza o exequente, a pedir a resolução da arrematação ou promover em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos, serem formulados nos autos da execução, em que se deu a arrematação. (Art. 895, § 4º e 5º do CPC).

7 - DO INADIMPLEMENTO - Em caso de falta de pagamento ou desistência imotivada do arrematante/proponente a qualquer momento, será cobrada multa moratória no valor de 5% (cinco por cento) da arrematação em favor da leiloeira, sem prejuízo a demais sanções aplicadas pelo MM. Juízo da causa, bem como poderá ainda a Leiloeira emitir título de crédito, para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32, além da inclusão do arrematante nos serviços de proteção ao crédito.

8 - COMISSÃO DO LEILOEIRO - A comissão devida será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, paga à vista pelo arrematante em meio de pagamento cujo(a) beneficiário(a) será o(a) leiloeiro(a) Dora Plat CPF 070.809.068-06, não se incluindo no valor do lance (886, II do CPC e 266 NSCGJ).

A comissão do leiloeiro, não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se, a arrematação for desfeita por determinação judicial, ou por razões alheias à vontade do arrematante e, deduzidas as despesas incorridas.

9 - DO CANCELAMENTO/SUSPENSÃO DA PRAÇA APÓS A PUBLICAÇÃO DO EDITAL - Nos termos do Art. 7º, § 3º da Resolução nº 236 do CNJ, caso a(s) praça(s) seja(m) cancelada(s)/suspensa(s) após a publicação do edital, especialmente em razão de acordo entre as partes ou pagamento da dívida, será devido o reembolso das despesas suportadas pelo leiloeiro, que serão pagas pela parte requerida ou aquela que der causa ao cancelamento.

10 - DÉBITOS e OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE - Em caso de arrematação, o crédito do exequente no processo em epígrafe, por sua natureza "propter rem", acrescido de eventuais débitos de IPTU/ITR foro e laudêmio, quando for o caso (mediante apresentação de extrato pelo arrematante ao MM. Juízo da causa), terão preferência sobre os demais, sendo o débito atualizado, acrescido das parcelas vincendas até a realização da alienação (Art. 323, Art. 908, §§ 1º e 2º do CPC e Art. 130, parágrafo único do CTN), e caso o valor de arremate não seja suficiente para quitação dos débitos de condomínio, a diferença será de responsabilidade do arrematante nos termos do Art. 1.345 do CC. O(s) bem(ns) será(ão) alienado(s) em caráter ad corpus e no estado de conservação em que se encontra, sendo a verificação de documental, de gravames/credores e de área, sob responsabilidade do arrematante, bem como de eventual regularização que se faça necessária. Os atos necessários para a expedição de carta de arrematação, registro, ITBI, imissão na posse e demais providências serão de responsabilidade do arrematante (Art. 901, "caput", §§ 1º e 2º e Art. 903 do CPC). Os valores de avaliação e débitos serão atualizados até a data da efetiva praça. Em caso de inadimplemento, tal informação será encaminhada ao MM. Juízo competente para a aplicação das medidas legais cabíveis.

11 - DA FRAUDE - Aquele que, tentar fraudar a arrematação, além da reparação do dano na esfera cível - Arts. 186 e 927 do Código Civil, ficará sujeito às penalidades do artigo 358 do Código Penal: Art. 358 - Impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem: Pena - detenção, de 2 (dois) meses a 1 (um) ano, ou multa, além da pena correspondente à violência.

12 - DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS - Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou pela central de atendimento no telefone 3003-0677 e/ou e-mail: contato@portalzuk.com.br. Para participar acesse www.portalzuk.com.br.

13 - DA PARTICIPAÇÃO NO LEILÃO - Os interessados deverão se cadastrar no site portalzuk.com.br e se habilitar acessando a página desta Praça, para participação on-line, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do horário previsto, para o término da 1ª ou da 2ª Praça, observadas a condições estabelecidas neste edital. Aquele que se habilitar para a 1ª, estará automaticamente habilitado para a 2ª Praça.

Fica a executada LUIZA COSTA COLAMARINO, bem como os credores MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, e demais interessados, **INTIMADOS** das designações supra, caso não seja (m) localizado (a) (s) para a intimação pessoal, bem como das Penhoras realizadas em 04/10/2022, 04/10/2022 respectivamente. Dos autos não constam recursos ou causas pendentes de julgamento. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 21 de junho de 2024

Eu, _____, Escrevente Digitei,

Eu, _____, Escrivã(o) Diretor (a), Subscrevi.

MIGUEL FERRARI JUNIOR
JUIZ(A) DE DIREITO